

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destques

• Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 237.576 (2017 - R\$ 263.898), correspondente a R\$ 0,17 (2017 - R\$ 0,19) por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 13,66% (2017 - 16,68%). O resultado do exercício de 2017 foi impactado pelo reconhecimento, pela primeira vez, do ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$ 116.862. O Lucro Líquido do exercício de 2017 sem o impacto do ativo diferido fiscal seria de R\$ 147.036.

• Prêmios e Reconhecimentos

Em 2018, como reconhecimento à expansão e excelência de sua atuação no mercado de capitais e de fusões e aquisições na América Latina, em especial na área de Banco de Investimento, o Grupo Goldman Sachs foi eleito "Latin America Equity House of the Year" pela International Financing Review (IFR), "Equity House of the Year" pela LatinFinance e "Latin America's best bank for advisory" pela Euromoney.

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN. O Índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 26,21%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital, bem como de risco socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado

em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Ouidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15) como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira

(exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante	8.808.235	7.173.672	Circulante	6.882.430	5.234.829
Disponibilidades	2.836	3.202	Depósitos (nota 14)	622.099	200.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	3.017.764	2.604.117	Depósitos interfinanceiros	122.265	-
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	3.017.764	2.604.117	Depósitos a prazo	499.834	200.160
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.229.093	3.897.030	Captações no mercado aberto (nota 15)	1.050.068	1.061.526
Carteira própria (nota 8)	3.205.085	766.887	Carteira própria	444.144	217.657
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	448.713	219.900	Carteira de terceiros	151.001	-
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	896.145	1.188.353	Carteira livre movimentação	454.923	843.869
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	679.150	1.721.890	Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	95	-
Operações de crédito (nota 10)	5.392	-	Certificados de operações estruturadas	95	-
Empréstimos	5.446	-	Obrigações por empréstimos (nota 17)	3.071.023	1.365.515
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54)	-	Empréstimos no exterior	3.071.023	1.365.515
Outros créditos	552.001	668.451	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.443.096	2.020.736
Carteira de câmbio (nota 11)	67.118	285.176	Instrumentos financeiros derivativos	1.443.096	2.020.736
Rendas a receber	2.299	-	Outras obrigações	696.049	586.892
Negociação e intermediação de valores (nota 18)	352.554	222.535	Carteira de câmbio (nota 11)	66.699	284.848
Diversos (nota 12 (a))	130.030	160.740	Sociais e estatutárias (nota 19 (a))	85.000	68.000
Outros valores e bens	1.149	872	Fiscais e previdenciárias (nota 19 (b))	68.475	79.129
Despesas antecipadas	1.149	872	Negociação e intermediação de valores (nota 18)	341.055	35.541
Realizável a longo prazo	4.164.181	1.958.596	Diversas (nota 19 (c))	134.820	119.374
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	78.163	-	Exigível a longo prazo	4.623.834	2.564.321
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	78.163	-	Depósitos (nota 14)	151.027	413.121
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.598.191	1.902.917	Depósitos interfinanceiros	71.864	159.905
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.598.191	1.902.917	Depósitos a prazo	79.163	253.216
Operações de crédito (nota 10)	353.430	-	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	4.272.788	2.045.818
Empréstimos	357.000	-	Instrumentos financeiros derivativos	4.272.788	2.045.818
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.570)	-	Outras obrigações	200.019	105.382
Outros créditos (nota 12)	134.397	55.679	Fiscais e previdenciárias (nota 19 (b))	184.622	85.979
Diversos (nota 12 (a))	134.397	160.373	Diversas (nota 19 (c))	15.397	19.403
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12 (b))	-	(104.694)	Patrimônio líquido	1.739.834	1.582.044
Permanente	273.682	248.926	Capital social (nota 21 (a))	1.383.596	1.383.596
Investimentos (nota 13 (a))	253.420	225.052	De domiciliados no exterior	1.383.596	1.383.596
Participação em controlada no país	253.420	225.052	Reservas de capital (nota 21 (b))	35.898	15.684
Imobilizado de uso (nota 13 (b))	20.262	23.874	Reservas de lucros (nota 21 (c))	320.340	182.764
Outras imobilizações de uso	68.333	71.845	Total do Passivo e Patrimônio líquido	13.246.098	9.381.194
(-) Depreciações acumuladas	(48.071)	(47.971)			
Total do Ativo	13.246.098	9.381.194			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2º Semestre	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	(17.692)	580.066	416.408
Operações de crédito (nota 10)	13.739	19.971	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	147.530	295.978	586.230
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(178.961)	264.117	(169.822)
Despesas da intermediação financeira	135.065	(356.340)	(206.874)
Operações de captação no mercado aberto	(37.010)	(68.645)	(166.606)
Operações de empréstimos e repasses	150.629	(361.138)	(191.405)
Resultado de operações de câmbio	(83.256)	(27.627)	151.137
Reversão/(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	8	(3.624)	-
Reversão/(Provisão) para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12 (b))	104.694	104.694	-
Resultado bruto da intermediação financeira	117.373	223.726	209.534
Outras receitas (despesas) operacionais	7.891	120.546	9.758
Receitas de prestação de serviços (nota 24 (c))	194.726	483.062	274.857
Despesas de pessoal (nota 24 (d))	(138.029)	(254.883)	(187.679)
Outras despesas administrativas (nota 24 (e))	(50.058)	(96.714)	(84.865)
Despesas tributárias (nota 24 (f))	(17.873)	(48.915)	(29.851)
Resultado de participação em controlada (nota 13 (a))	12.617	26.042	30.087
Outras receitas operacionais (nota 24 (g))	15.263	47.974	23.121
Outras despesas operacionais (nota 24 (h))	(8.755)	(36.020)	(15.912)
Resultado operacional	125.264	344.272	219.292
Resultado não operacional (nota 24 (i))	1.219	2.465	3.680
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	126.483	346.737	222.972
Imposto de renda e contribuição social	(15.788)	(104.094)	45.112
Provisão para imposto de renda (nota 20 (a))	8.540	(45.345)	(5.370)
Provisão para contribuição social (nota 20 (a))	7.822	(34.776)	(2.359)
Ativo fiscal diferido (nota 20 (b))	22.044	27.387	116.862
Passivo fiscal diferido (nota 20 (b))	(54.194)	(51.360)	(64.021)
Participações estatutárias no lucro	(5.067)	(5.067)	(4.186)
Lucro líquido do semestre/exercício	105.628	237.576	263.898
Lucro líquido por ação (em reais)	0,10	0,17	0,19
Lucro sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(80.000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	-	(1.134)	1.388.114
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	10.032	-	-	10.032
Lucro líquido do exercício	-	-	-	263.898	263.898
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação) (nota 19 (a))	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	13.138	(13.138)	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	169.626	(169.626)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.383.596	15.684	182.764	-	1.582.044
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	20.214	-	-	20.214
Lucro líquido do exercício	-	-	-	237.576	237.576
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 19 (a))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	11.879	(11.879)	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	125.697	(125.697)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	-	1.739.834
Saldos em 30 de junho de 2018	1.383.596	29.851	189.361	125.351	1.728.159
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	6.047	-	-	6.047
Lucro líquido do semestre	-	-	-	105.628	105.628
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 19 (a))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	5.282	(5.282)	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	125.697	(125.697)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	-	1.739.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2018	2017
Atividades operacionais	9.513	131.262	210.396
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	9.513	237.576	263.898
Lucro líquido do semestre/exercício	105.628	237.576	263.898
Ajustes ao lucro líquido	(96.115)	(106.314)	(53.502)
Resultado de participação em controlada	(12.617)	(26.042)	(30.087)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(8.958)	(395)	26.456
Reversão de provisões operacionais	(1.082)	(1.082)	(1.029)
Outras receitas/despesas operacionais	(3.060)	(6.440)	(8.720)
Depreciações e amortizações	2.527	5.080	7.371
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(104.701)	(101.069)	-
Constituição de provisão para litígio trabalhista	5	10	1.037
Participações no lucro	5.067	5.067	4.186
Reversão do (ativo) e passivo fiscal diferido	32.150	23.973	(52.841)
Baixa do ativo imobilizado de uso	-	30	125
Juros não recebidos	(5.446)	(5.446)	-
Variações de ativos e obrigações	(2.219.831)	(1.922.826)	(325.269)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(901.720)	(741.991)	(1.499.620)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.451.666)	(1.378.007)	131.895
Redução/(aumento) em operações de crédito	6.233	(357.000)	-
Redução/(aumento) em outros créditos	141.519	169.813	(210.557)
(Aumento) em outros valores e bens	(396)	(277)	(185)
Aumento em depósitos	276.107	159.847	361.174
Aumento em captações no mercado aberto	667.182	14.219	664.632
Aumento em recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares (Redução)/aumento em outras obrigações	(3.006)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

mentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas. Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2018 o Banco manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi considerada alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

(k) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(l) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 23 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

4) Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível *deficit* em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível *deficit* no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulamentares locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de riscos usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.836 (2017 - R\$ 3.202) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 2.092 (2017 - R\$ 83.000) (Nota 7 (a)).

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 31 de dezembro de 2018, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 3.017.764 (2017 - R\$ 2.604.117) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	2018		2017	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 3 meses
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.092	2.092	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	125.591	125.591	83.000	83.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	217.067	217.067	179.351	281.655
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	2.084.300	2.084.300	488.777	726.186
Subtotal	2.429.050	2.429.050	751.128	1.007.841
Posição financiada:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	151.726	151.726	-	-
Subtotal	151.726	151.726	-	-
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	69.718	69.718	19.413	79.572
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	367.270	367.270	321.898	424.265
Subtotal	436.988	436.988	341.311	503.837
Total	3.017.764	3.017.764	1.092.439	1.511.678

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2018, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 78.163 (2017 - zero), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação". O valor de mercado dos títulos públicos representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado. O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	2018		2017	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado
Carteira Própria	3.193.320	3.205.085	766.887	766.887
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.514.771	2.517.615	395.291	395.291
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	62.730	63.984	48.269	48.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	615.819	623.486	323.327	323.327
Vinculados a Compromissos de Recompra	446.717	448.713	219.900	219.900
Letras do Tesouro Nacional - LTN	366.970	367.472	219.900	219.900
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	79.747	81.241	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias na B3	882.190	896.145	1.188.353	1.188.353
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.425	11.440	374.419	374.419
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	356.332	362.431	214.071	214.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	482.184	490.025	569.556	569.556
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara				
BMF&FBOVESPA Multimerado - FILCB	32.249	32.249	30.307	30.307
Total da carteira	4.522.227	4.549.943	2.175.140	2.175.140

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria	-	1.567.205	423.215	1.004.251	210.414	3.205.085
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	62.288	305.184	81.241	448.713
Vinculados à prestação de garantias na B3	32.249	-	20.598	350.559	492.739	896.145
Total	32.249	1.567.205	506.101	1.659.994	784.394	4.549.943

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições. A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo

do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	2018		2017	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	3.481.177	(3.966.574)	135.654.950	145.181.126
CDI x Euro	-	-	-	1.601.800
CDI x Eurolibor	1.053	-	184.449	184.449
CDI x IPCA	-	(151.085)	2.250.840	684.794
CDI x Libor	-	(250.655)	850.880	1.037.533
CDI x Pré	127	(2.209.181)	72.542.850	69.439.057
CDI x USD	24	(317.778)	2.480.337	6.429.639
CDI x USD Pré	4.994	(743.458)	4.115.807	-
Euro x CDI	-	-	-	1.601.800
Eurolibor x CDI	-	(1.053)	184.449	184.449
IPCA x CDI	1.289	-	33.933	33.933
Libor x CDI	160.971	-	638.277	-
Libor x USD	5.863	(30)	416.002	1.331.340
Ouro x Outros	126	-	22.566	22.566
Outros x Ouro	-	(126)	22.600	22.800
Pré x CDI	1.922.784	(99)	35.167.009	48.737.641
Pré x USD	5.060	-	1.233.965	-
USD EMTA x Pré	-	(5.078)	1.233.965	-
USD EMTA x USD Pré	7.824	(269.022)	2.954.361	2.954.361
USD Pré x CDI	468.678	(8.808)	3.770.158	-
USD Pré x USD EMTA	106.700	(7.821)	2.415.122	2.415.122
USD x CDI	795.655	-	4.882.594	8.217.285
USD x Libor	29	(2.380)	254.786	282.357
Opções de ações	102.273	(100.070)	1.314.595	499.820
Compra de opção de compra	32.495	-	307.624	151.282
Venda de opção de compra	-	(30.851)	240.406	151.222
Compra de opção de venda	6			

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

12) Outros Créditos

a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2018	2017
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 20 (b))	144.249	116.862
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito ⁽¹⁾	-	104.694
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22 (a))	93.423	75.859
Impostos e contribuições a compensar	20.344	16.598
Devedores diversos - País ⁽²⁾	2.917	4.286
Outros	3.494	2.814
Total	264.427	321.113

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2017, "Títulos e créditos a receber" refere-se a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694, para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - sem característica de concessão de crédito" (nota 12 (b)).

Em 27 de julho de 2018, o Banco subscreu e integralizou debêntures recebidas em dação em pagamento dos créditos de sua titularidade, listados em processo de Recuperação Judicial, os quais foram considerados novados para todos os fins e efeitos. Em 26 de outubro de 2018, o Banco vendeu a totalidade das debêntures.

⁽²⁾ "Devedores diversos - País" refere-se, principalmente, à recuperação de despesa originada pela contribuição do Banco (Patrocinador) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, o Patrocinador passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 12 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694.

Em 27 de julho de 2018, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi integralmente revertida, uma vez que, os créditos de titularidade do Banco, listados no processo de Recuperação Judicial, foram considerados novados para todos os fins e efeitos (nota 12 (a)).

13) Permanente

a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2018	2017
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	253.420	225.052
Lucro líquido do exercício	26.042	30.087
Resultado de participação em controlada	77.420	49.052
Valor contábil do investimento	253.420	225.052

b) Imobilizado de uso

	2018		2017	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	47.723 (29.659)	18.064	47.342 (25.149)	22.193
Imobilizações em curso	720	720	628	628
Comunicação	14.438 (13.795)	643	16.303 (15.416)	887
Processamento de dados	5.452 (4.617)	835	7.572 (7.406)	166
Total	68.333 (48.071)	20.262	71.845 (47.971)	23.874

14) Depósitos

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	194.129	159.905
De 91 até 360 dias	122.265	-
A vencer após 360 dias	71.864	159.905
Depósitos a prazo	578.997	453.376
De 91 até 360 dias	499.834	200.160
A vencer após 360 dias	79.163	253.216
Total de depósitos	773.126	613.281

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 190.662 (2017 - R\$ 156.647) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 22 (a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 103% do CDI, sendo o montante de R\$ 79.163 (2017 - R\$ 52.211) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 22 (a)).

15) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 1.050.068 (2017 - R\$ 1.061.526), sendo: (i) R\$ 444.144 (2017 - R\$ 217.657) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 02 de janeiro de 2018, sendo o montante de R\$ 337.083 referente a transações com partes relacionadas (2017 - R\$ 217.657) (nota 22 (a));

(ii) R\$ 151.001 (2017 - zero) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 02 de janeiro de 2018, e

(iii) R\$ 454.923 (2017 - R\$ 843.869) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

16) Recursos de Aceites Cambiais e Similares

Em 31 de dezembro de 2018, referem-se a captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento em dezembro de 2023, no montante de R\$ 95 (2017 - zero).

17) Obrigações por Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 792.563 (2017 - US\$ 412.792), convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalente a R\$ 3.071.023 (2017 - R\$ 1.365.515).

18) Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 352.554. Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 165.400 e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 57.135.

No passivo, refere-se a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 321.897 (2017 - zero), credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 18.157 (2017 - R\$ 34.313) e a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.001 (2017 - R\$ 1.228).

19) Outras Obrigações

a) Sociais e estatutárias

Referem-se a valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 100.000 (2017 - R\$ 80.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 15.000 (2017 - R\$ 12.000) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (nota 22 (a)).

b) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:		
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) ⁽¹⁾	209.374	156.414
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	22.164	5.132
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	15.045	-
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	6.514	3.562
Total	253.097	165.108

⁽¹⁾ Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos calculados principalmente sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

c) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2018	2017
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	100.127	57.059
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 22 (a))	33.017	56.062
Provisão para outras despesas administrativas ⁽²⁾	13.327	18.089
Credores diversos - país	3.622	5.207
Fornecedores a pagar	-	2.246
Provisão para passivos contingentes (nota 24 (a))	124	114
Total	150.217	138.777

⁽¹⁾ "Provisão para despesas de pessoal" refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 62.808 (2017 - R\$ 35.766) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 21.166 (2017 - R\$ 12.053).

⁽²⁾ "Provisão para outras despesas administrativas" refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 10.226 (2017 - R\$ 15.966).

20) Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	346.737	346.737	222.972	222.972
Participação nos lucros	(5.067)	(5.067)	(4.186)	(4.186)
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(80.000)	(80.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	241.670	241.670	138.786	138.786
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)	60.417	48.334	34.697	27.757
Diferenças temporárias	8.845	7.075	(23.633)	(18.906)
Diferenças permanentes (Constituição)/compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores	(19.847)	-	(2.389)	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	-	(14.899)	-	(1.011)
Outros	-	11	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	45.345	34.776	5.370	2.359

A alíquota da contribuição social vigente até dezembro de 2018 era de 20%, passando a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Diferenças temporárias	81.409	48.846	130.255	39.502	30.525	70.027
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	906	544	1.450	26.173	20.939	47.112
Marcação a mercado negativa - TVM e derivativos	68.025	40.815	108.840	1.509	905	2.414
Unidades de ações restritas - RSU	10.969	6.582	17.551	11.104	8.108	19.212
Remuneração variável	367	220	587	270	216	486
Outros	1.142	685	1.827	446	357	803
Prejuízos fiscais	5.854	-	5.854	25.701	-	25.701
Base negativa	-	8.140	8.140	-	21.134	21.134
Total de ativos tributários diferidos	87.263	56.986	144.249	65.203	51.659	116.862
Marcação a mercado positiva - TVM e derivativos	(129.858)	(77.915)	(207.773)	(92.867)	(63.547)	(156.414)
Outras provisões - Patrimônio Líquido	(1.001)	(600)	(1.601)	-	-	-
Total de passivos tributários diferidos	(130.859)	(78.515)	(209.374)	(92.867)	(63.547)	(156.414)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco detém ativos tributários diferidos sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 87.263 e R\$ 56.986, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 144.249 é estimada em 21% no 1º ano, 22% do 2º ao 4º ano, 44% no 5º ano e 13% do 6º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação da instituição, monta R\$ 61.169 e R\$ 40.733, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda monta a R\$ 4.870 (2017 - R\$ 4.870). Em 31 de dezembro de 2018, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 209.374 (2017 - R\$ 156.414).

21) Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2018, por 1.383.596.500 (2017 - 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 23 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica "Reservas de capital" totaliza R\$ 35.898 (2017 - R\$ 15.684), sendo composta por ajuste positivo de marcação a mercado sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 4.043 (em 2017 refere-se a ajuste negativo de marcação a mercado de R\$ 15.445), contribuição ao capital no montante de R\$ 28.241 (2017 - R\$ 28.241) relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento, imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o saldo de MTM das RSUs no montante de R\$ 1.600 (2017 - zero) e reserva de capital de sua subsidiária integral reconhecida por meio de equivalência patrimonial reflexa no montante de R\$ 5.214 (2017 - R\$ 2.888).

c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 320.340 (2017 - R\$ 182.764), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 25.017 (2017 - R\$ 13.138) e "Reserva estatutária" no montante de R\$ 295.323 (2017 - R\$ 169.626).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros Acumulados. Em 31 de dezembro de 2018, o valor apurado foi de R\$ 100.000 (2017 - R\$ 80.000) gerando um imposto de renda de R\$ 15.000 (2017 - R\$ 12.000).

22) Transações com Partes Relacionadas

a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas
As transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3), e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Investimento em controlada	253.420	26.042	225.052	30.087
Goldman Sachs do Brasil	-	-	-	-
C.T.V.M. S.A. (2)	253.420	26.042	225.052	30.087
Instrumentos financeiros derivativos	(82.876)	949.324	(91.537)	(1.184.820)
Goldman Sachs do Brasil	-	-	-	-
C.T.V.M. S.A. (2)	-	-	-	1.934
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	15.869
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	7.569	844.976	(89.402)	(1.185.906)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(90.445)	104.348	(2.135)	(16.717)
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	352.554	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	278.409	-	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	74.145	-	-	-
Outros créditos - Diversos	93.423	411.015	75.859	255.748
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)	-	-	281	1.148
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.367	8.953	1.832	9.121
Goldman Sachs Asset Management, L.P. (3)	397	1.505	307	1.529
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	3.193	-	-
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	3.156	21.895	4.268	25.760
Goldman Sachs International (3)	43.627	160.328	30.508	120.530
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	619
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	37.667	205.548	34.809	81.590
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	82	850	59	827
J. Aron & Company (3)	87	254	53	11.362

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	642	7.758	407	3.262
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.361	493	3.292	-
Outras partes relacionadas (3)	37	238	43	-
Depósitos a prazo	(79.163)	(6.464)	(52.211)	(10.515)

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas". Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 5.566 (2017 - R\$ 4.999), registrado na rubrica "Despesas de pessoal". Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 22.075 (2017 - R\$ 41.038). Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 10.226 (2017 - R\$ 15.966).

24) Outras informações**(a) Passivos contingentes e obrigações legais****• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2018, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 124 (2017 - R\$ 114).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações, totalizam R\$ 6.053 (2017 - R\$ 3.866).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmaturização da CETIP no valor de R\$ 396 (2017 - R\$ 328); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da Bovespa no valor de R\$ 4.603 (2017 - R\$ 3.867); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 12.849 (2017 - R\$ 10.839); e (d) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 7.557 (2017 - R\$ 6.588), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

(b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos ("CGD") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2018	2017
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	368.710	223.858
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	100.347	23.358
Rendas de comissões de colocação de títulos	5.418	23.565
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	8.587	4.076
Total	483.062	274.857

⁽¹⁾ Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 78.480 (2017 - R\$ 5.749) referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2018, inclui ainda R\$ 21.867 (2017 - R\$ 17.609) referentes a receitas com taxas de clearing prestadas a entidades ligadas.

⁽³⁾ Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2018	2017
Proventos	178.576	127.388
Encargos	54.749	44.990
Benefícios e treinamentos	21.558	15.301
Total	254.883	187.679

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2018	2017
Serviços do sistema financeiro	28.951	16.155
Aluguel	18.192	17.386
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	8.300	12.981
Processamento de dados	7.174	6.591
Viagens	6.055	3.393
Depreciação e amortização	5.080	7.371
Serviços de terceiros	4.305	4.302
Seguros, vigilância e segurança	3.407	2.993
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	3.355	4.445
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.305	3.446
Promoções e relações públicas	1.061	735
Outras despesas administrativas	7.529	5.067
Total	96.714	84.865

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2018, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 6.597 (2017 - R\$ 11.572).

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2018	2017
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	24.816	13.621
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	21.735	13.280
Despesas tributárias - IOF	456	214
Outras contribuições	1.908	2.736
Total	48.915	29.851

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 6.159 (2017 - R\$ 6.399) e à receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 39.098 (2017 - R\$ 3.771).

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se ainda à recuperação de despesa originada pela contribuição do Banco (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras, no montante de R\$ 4.286, e à atualização pela taxa Selic de tributos a recuperar no montante de R\$ 2.482.

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, à despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 33.055 (2017 - R\$ 11.996).

(i) Resultado não operacional

Referem-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no "Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais", firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 2.410 (2017 - R\$ 3.805). Em 31 de dezembro de 2017, refere-se ainda à receita decorrente de locação de ativos e sublocação de imóvel para outras partes relacionadas localizadas no país.

(j) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução CMN nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

25) Limites Operacionais**(a) Índice de Basileia e de imobilização**

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 26,21% (2017 - 21,96%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.725.839 (2017 - R\$ 1.544.577). O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 é de 1,18% (2017 - 1,55%).

26) Eventos Subsequentes

No dia 06 de fevereiro de 2019, foi publicada decisão definitiva da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional e confirmou o julgamento favorável ao Banco referente à autuação fiscal de PIS e COFINS sobre receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A., referente ao item (a) da nota 24. O referido julgamento confirmou o cancelamento definitivo da autuação, que estava classificada como risco de perda possível.

DIRETORIA

Diretora Presidente: **Maria Sílvia Bastos Marques****André dos Santos Mendonça**
Antonio R. G. P. da S. Pereira
Daniel Motta Camargo Silva**Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz**
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori**Ricardo Donisete Stabile**
Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**pwc**
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5**Melissa Tuxen Wisnik**
Contadora - CRC 1SP221490/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas

atribuições para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada.

O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

Ouvdoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.